



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 47ª
(QUADRAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 4 DE JUNHO DE 2008.

37

12

49 *laudas*

Publicação autorizada em DJL 05.106 de 19.06.08
Considero _____ *Junot* _____
1173131



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	1

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

A Presidência quer registrar um esclarecimento para dirimir a dúvida suscitada quanto ao parecer da CEOF, em primeiro turno, ao Projeto de Lei nº 814, de 2008, proferido pelo Deputado Rôney Nemer na Sessão Ordinária de 27 de maio.

A dúvida é se o parecer foi conclusivo no tocante ao projeto e às emendas. A resposta é "sim", e as próprias notas taquigráficas apontam claramente para tal quando o Relator o inicia afirmando: "Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 814, de 2008, de autoria do Poder Executivo". É de esclarecer que, ao analisar inicialmente uma proposição, o Relator o faça considerando primeiro o principal - no caso, o projeto - e, posteriormente, os acessórios - que são as emendas. Assim, deve-se entender e ter a clareza que, na aprecação inicial de qualquer proposição e seus acessórios, é impossível aprovar apenas o acessório em detrimento do principal. Essa é a lógica processual legislativa.

Em razão da dúvida, e para dirimi-la definitivamente, informo, para registro, de forma conclusiva, que em relação a esta matéria, o Projeto de Lei nº 814, de 2008, nada há a se retificar no parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ou a complementá-lo, ficando ratificados todos os seus termos e suas peças. O Relator pela CEOF manifestou-se, além do projeto, conforme sua intervenção inicial, também sobre as emendas, já na parte final dele.

Era o que eu tinha a registrar e, na ausência de manifestação em contrário, considero encerrado o assunto, determinando aos setores competentes da Casa as providências que se fizerem necessárias."

Felto o registro, convido a Deputada Erika Kokay a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 104, de 17/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 47ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Quero dizer que a presente sessão foi aberta com a presença da Deputada Erika Kokay, do Deputado Berinaldo Pontes e do Deputado Reguffe.

Lido o expediente, informo que, em razão da aprovação do Requerimento nº 964, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores e do Deputado Berinaldo Pontes, a presente sessão ordinária será transformada em comissão geral.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A presente comissão geral destina-se a discutir o Projeto de Lei nº 614, de 2007, e o Projeto de Lei nº 670, de 2008, do Poder Executivo, que tratam da política de assistência social e da implantação do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal, e da alteração da denominação da Carreira Assistência Pública em Serviços Sociais.

Quero convidar o pessoal que está nas galerias para adentrar o plenário, para que seja realizada a comissão geral.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos ainda o plenário vazio, mas nós vamos dar início à comissão geral para discutir os Projetos de Lei nº 614, de 2007, e o 670, de 2008, e sua relação com o SUAS, Sistema Único de Assistência Social.

Eu gostaria de solicitar a todas e todos que aqui estão para participar da comissão geral que venham ao plenário para que iniciemos os trabalhos. Nós organizaremos o roteiro do cerimonial para a Comissão Geral.

Portanto, convido os que estão na galeria e que vieram participar da Comissão Geral para adentrarem ao plenário para ficarem mais confortáveis. Essa é uma discussão na qual queremos escutar todas e todos, particularmente aqueles que exercem a função da política de assistência social.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como há muita gente lá atrás, penso que algumas delas poderiam ocupar o plenário de forma mais confortável, para acompanhar toda a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	3

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – As pessoas que querem vir ao plenário ficarão mais perto da discussão e poderão se inscrever para os debates.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mais uma vez, faço um apelo às pessoas que vieram assistir à Comissão Geral: ocupem o plenário para que possam participar de forma mais próxima e confortável das discussões que traçaremos.

Essa é uma Comissão Geral proposta pela bancada do Partido dos Trabalhadores, com a participação dos Deputados Cabo Patrício, Líder da bancada; Chico Leite; Paulo Tadeu; Erika Kokay; e Berinaldo Pontes, Relator da matéria pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É muito importante que façamos uma boa discussão no dia de hoje, e possamos discutir, inclusive, as emendas sugeridas e suas alterações, sejam emendas que adicionam, sejam emendas que suprimem, sejam emendas que modificam artigos do projeto.

É importante que possamos considerar a fala de todas e todos, porque esta Casa irá se debruçar sobre os PLs e, ao que tudo indica, estará apreciando esses projetos ainda neste mês de junho. Portanto, é importante que tenhamos uma discussão mais enriquecida possível.

Decidimos convocar essa Comissão Geral no intuito de escutar os diversos segmentos da categoria e de construir coletivamente com as pessoas que executam a política de assistência social e as políticas que hoje estão na Secretaria de Justiça e que fazem parte do SUAS, para termos uma deliberação desta Casa o mais próximo possível dos anseios da categoria com seus vários segmentos.

O Deputado Berinaldo Pontes, que está aqui, foi um dos grandes incentivadores desta discussão, com a perspectiva de colher as sugestões, porque seria muito importante que tivéssemos, talvez quem sabe, um substitutivo, ou seja, um substitutivo aos projetos que estão em pauta, para que pudéssemos deliberar na Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência retifica que ao invés do Requerimento nº 964, de 2008, o Requerimento é o de número 974, de 2008.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos para a organização dos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h14min, a sessão é reaberta às 16h19min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Está reaberta a sessão.

É uma alegria muito grande receber todas e todos na tarde de hoje para proceder às discussões acerca dos PLs nºs 614 e 670.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	4

Convido, para compor a Mesa e contribuir com a discussão, o Exmo. Sr. Deputado Berinaldo Pontes, Relator da matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças — S.Exa. é assistente social —; a Sra. Subsecretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF, Marta Sales; a Sra. Vice-Presidente do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, Assunção de Maria Ribeiro Fialho; carinhosamente conhecida como Sussu. Convido, ainda, o Sr. Gerente de Ressocialização de Medidas Socioeducativas, aqui representando o Subsecretário de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Paulo Reis; o Sr. Presidente do SINDSASC, Cássio Alves Moura.

Ainda estamos aguardando, mas sabemos que já está a caminho, a representante do Conselho Regional de Serviço Social do CRESS - 8ª Região, Raimunda Nonata Carlos Ferreira.

Eu e o Deputado Berinaldo Pontes queremos escutar as falas, embora tenhamos nossas opiniões e as expressaremos acerca tanto do SUAS, quanto dos projetos que estão em pauta. Estabelecemos o procedimento de que passaremos a palavra às pessoas que compõem a Mesa. Logo após, passaremos a palavra às pessoas que compõem o plenário da Casa para se manifestarem. Em seguida, nós, Deputados, manifestaremos-nos acerca da matéria.

Portanto, queremos escutar quais são as demandas da categoria com os seus diversos segmentos no que diz respeito aos projetos e à vida de vocês. E eu não diria apenas à vida de vocês, já que tenho uma associação absolutamente direta com a política de assistência social que seja garantidora de direitos.

Há normas de organização da política de recursos humanos que queremos discutir, a partir da nossa experiência e do contato que temos com o trabalho que vocês desenvolvem.

Por exemplo, nada impede que haja uma aposentadoria diferenciada para aqueles que executam medidas socioeducativas, pois é uma atividade que envolve um nível de complexidade imenso. Tanto é que faz parte, dentro do SUAS, a alta complexidade da internação. Eu não diria apenas a internação, mas a medida socioeducativa de internação está dentro de uma alta complexidade - assim denominada pelo SUAS.

Para além da carreira, propriamente dita, queremos estabelecer outras discussões, outras necessidades que se impõem. É preciso que tenhamos um estímulo. É preciso também que consideremos que ainda que tenhamos a atenção básica, não caracterizada como de alta complexidade, teremos segmentos e unidades que devem estar necessariamente em lugares de profunda vulnerabilidade social. E estão em lugares de profunda vulnerabilidade social, porque é assim que deve ser. Temos que ter mais CRAS, mais CRESS, inclusive.

Este segmento tem que ter condições de valorização dos seus servidores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	5

e servidoras.

Além disso, achamos que é preciso que haja mais pessoas trabalhando. Há uma deficiência absurda nas unidades de atendimento, tanto nas unidades que estão hoje na Secretaria de Justiça, como nas de assistência social, que precisam de profissionais em quantidade suficiente para cumprir a função de resgate e garantia de direitos, mas não só de promoção, de proteção e de reparação de direitos, funções que vocês desenvolvem todos os dias das suas vidas. Isso tem de ser considerado. Sabemos que o Termo de Ajustamento de Conduta proporcionou um aumento do número de pessoas. Contudo, é necessária a realização de concurso público.

Apontamos que é preciso seguir o previsto nas normas e no próprio SUAS. Não vimos, por exemplo, a carreira de advogado, cuja existência nos CREAS está prevista e que deve ser considerada.

Existem ainda lacunas que precisam ser preenchidas. O nível básico, por exemplo, ao que tudo indica, estará em extinção. São funções importantes, exercidas com muito profissionalismo. Não se constrói uma política de assistência social, de acordo com a dignidade humana, se não considerarmos esses profissionais, que vivem, hoje, um momento de grande insegurança. Queremos discutir com vocês se há que se ter uma carreira própria das medidas socioeducativas ou se o projeto que incorpora uma carreira única tem a concordância dos segmentos que ali trabalham. Digo isso porque é preciso que fique claro que os servidores que estão, hoje, nas medidas e recebem uma gratificação em função do exercício dessa atividade, muitas vezes, ficam inseguros acerca da permanência ou não da sua lotação nas medidas e da sua remuneração mensal. Então, é preciso que façamos essa discussão. Por outro lado, questiona-se se, na execução de medidas, a perspectiva de exercício de uma função extremamente tensionada, muitas vezes sem a correta valorização, não seria, de certa forma, uma limitação para esses profissionais.

São questões como essas que queremos discutir nesta comissão geral, para que possamos pontuar as emendas necessárias e fazer uma boa discussão acerca desses projetos. Reconhecemos que o projeto está dentro do que estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal e as diretrizes, mas "carrega" incongruências, que precisam ser discutidas e resolvidas nesta Casa, para termos, realmente, uma política adequada aos avanços que este País e a nossa sociedade já tiveram na conquista de uma lógica garantidora de direito.

Portanto, temos vários aspectos para discutir. Inclusive, é preciso que algumas funções tenham especificações bem definidas. Deve haver critérios exatos, para que se esteja em um segmento, ou em uma lotação ou em outra, e um processo que não deixe dúvidas acerca dessa condição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	6

Portanto, temos inúmeras discussões a serem feitas nesta tarde. Se for necessário, faremos outras a fim de termos uma clareza maior acerca da posição dos Parlamentares sobre os projetos em questão.

Por isso, queremos fazer uma discussão em que vocês falem bastante antes de deliberarmos sobre a matéria.

Apenas para pontuar, informo aos membros da Mesa que a justificativa do projeto é a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS aqui no Distrito Federal. Porém, percebemos que o projeto incorpora ações ligadas à Secretaria de Justiça, quando da denominação "Assistência Social e Justiça". Para nós não está claro o processo de lotação dos servidores nas duas secretarias. É preciso que tenhamos claro que há que se explicitar a necessidade de criação de novas unidades de assistência social nos territórios de vulnerabilidade social. E também esta é uma excelente oportunidade para ampliarmos o quadro de servidores e de servidoras nessas duas secretarias. Como eu já dizia, há uma supressão do nível básico. Achamos que não há que se suprimir, mas há que se deixar muito claro quais são as atribuições dos que estão na carreira.

Existem, também, as normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que muitas vezes não são respeitadas no projeto, tanto no que se refere ao quadro de pessoal, quanto ao que está estabelecido. O SINASE prioriza o meio aberto, e no Distrito Federal há uma precarização muito grande das medidas em meio aberto. Há que se definir a estrutura necessária para o funcionamento da liberdade assistida; há que se definir as condições de funcionamento. De nada adianta procedermos a uma discussão, por melhor que ela seja, se os servidores e as servidoras não têm condições de, efetivamente, cumprir as suas atribuições. Vimos, por exemplo, núcleos de liberdade assistida que não dispunham de um telefone, não dispunham de carros para exercerem as suas funções.

Achamos, portanto, que esse projeto deve estar em consonância com o estabelecido no SINASE. Precisamos, ainda, dirimir as dúvidas acerca dessa condição de parte dos servidores estar em outra secretaria, com atribuições de outra secretaria, a fim de que não seja prejudicado aquele que executa com heroísmo as atribuições do exercício, da operacionalização e da execução de uma política pública tão fundamental para o ser humano e para o Distrito Federal.

Passemos a nossa discussão.

Neste momento, convidamos a fazer uso da palavra o Gerente de Ressocialização de Medidas Socioeducativas da Secretaria da Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Sr. Paulo Reis.

SR. PAULO REIS – Boa-tarde aos componentes da Mesa; boa-tarde a nossa categoria, que hoje executa as medidas socioeducativas, bem como desempenha as funções de assistência no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	7

Deputada Erika Kokay, tudo o que V.Exa. disse é também avaliação nossa. Essa separação das ações, com o envio das medidas socioeducativas para a Secretaria de Justiça, deu-se por meio do Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro, de 2007, e em seu bojo constava que a Secretaria de Ação Social e Trabalho teria de dar todo o suporte enquanto não houvesse a estruturação definitiva da Secretaria de Justiça para a execução das medidas minimamente ou a contento.

Nós temos uma inovação legislativa, o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. E lá estamos tentando implementá-lo. Inclusive, foi composto um grupo de trabalho no âmbito da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo para a formulação de um SINASE distrital.

Estamos finalizando esse SINASE e será apresentado pelo Governo do Distrito Federal. Agora, quanto ao uso das dependências físicas, ou seja, dos núcleos de liberdade assistida, nós estamos a cada dia sendo desrespeitados, suprimidos e achacados. Às vezes, as nossas equipes - eu não sei por qual diretriz, ou por qual vontade, mas com toda a precariedade que têm as nossas equipes - são heroínas na execução desse trabalho.

Os automóveis que são carimbados para execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida, ainda não conseguimos trazê-los para a Secretaria de Justiça. E, com isso, nós temos feito mutirões e as nossas equipes ficam lá órfãs, dependendo de uma ação concreta da Secretaria de Justiça e da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. Mas, os recursos orçamentários não estão ainda em execução porque implementamos discussão com as nossas equipes.

Quanto à precariedade que a senhora muito bem disse, não acontece agora, mas vem acontecendo há décadas e o desmonte desse sistema começa pela terceirização onde não houve nenhum respeito às equipes que lá estavam.

E eu, coincidentemente, como toda a categoria da qual eu tenho muito respeito, sabemos das dificuldades enfrentadas durante todos esses anos. Por isso, hoje estou aqui, em nome do subsecretário, demonstrando e reconhecendo todas as dificuldades que temos enfrentado nesse sistema porque acredito que temos de avocar o art. 227 da Constituição Federal que diz que é dever da família, do Estado e da sociedade e o que não dá para admitimos é o fato de que os servidores ou alguma parte do Governo querer assumir a ação sozinha porque o dispositivo constitucional diz claramente que nenhum ser vivente está desobrigado da atenção à criança e ao adolescente. Contudo, aqui no Distrito Federal, a história nos conduz a uma avaliação de realmente desvalorização do trabalho desses atores que aqui estão.

Então, enquanto gerente de ressocialização representante do subsecretário, nós estamos aqui para somar e reconhecer todos os erros e percalços, mas nós temos de chamar todas as políticas do Governo do Distrito Federal para fazer frente à execução desse trabalho porque não dá para dar assistência à co-irmã da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	8

Secretaria de Justiça na ação voltada às crianças e adolescentes ficarmos digladiando, ou então, somando esforços com um desmonte que vem registrado há décadas.

É isso o que eu tenho, preliminarmente, para falar e não sei se será aberta a palavra para as pessoas fazerem as ponderações. Quero também agradecer em nome do Subsecretário por participar deste evento.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Muito obrigada, Sr. Carlos Reis. Informo aos senhores e senhoras que na última segunda-feira nós estivemos fazendo uma visita ao CIAGO – Centro de Internação de Adolescentes da Granja das Oliveiras, que está sob uma nova direção e fiquei extremamente surpresa porque ali está uma instituição e uma entidade chamada de Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa – IDP que não tem registro no CDCA – Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente e que não tem registro no CAS – Conselho de Assistência Social. Disseram-nos que estava em processo de registro. Uma entidade sem registro nesses dois organismos, que me parece, inclusive, ser uma prerrogativa para que se estabeleçam convênios, não é um convênio, é um contrato.

Ali, fomos perceber, e temos feito essa discussão com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, que há uma decisão de que a execução dessas medidas é função precípua do Estado, é do Estado. Isso tem o caráter de sanção, que só cabe ao Estado, de guarda, que só cabe ao Estado. Dissemos, em uma audiência aqui, na qual discutíamos o SINASE - um representante da Secretaria -, que é uma decisão do Governo Federal não estabelecer e financiar atividades que venham na lógica da terceirização.

Portanto, parece-me que há uma Incoerência, particularmente, na medida de internação. Temos uma situação temerária no CAJE com os provisórios que estão lá inadequadamente. São provisórios que acabaram de chegar, portanto, não se sabe a história desses adolescentes. Não temos pessoas em quantidade suficiente para atendê-los. Há, inclusive, uma fala – isso foi publicado nos jornais – de que são adolescentes; de que, em 45 dias, os técnicos não têm condições de elaborar relatórios e de que, ao fim desses 45 dias, esses adolescentes estão sendo soltos sem que haja sentença. Essa situação é temerária porque não se sabe a história de cada um desses adolescentes. Cada um deles teve uma vida, antes de chegar a essas instituições, que não é considerada.

Temos o CEAP, uma unidade fechada há mais de dois anos, sendo deteriorada - temos acompanhado isso permanentemente -, que comportaria por volta de noventa adolescentes. Já chegamos a ter mais de cem adolescentes provisórios no CAJE. Mais de cem!

Não é só porque eles não estão em condições de não terem atividades socioeducativas, enfim, de não terem acesso a isso - nem têm como ter -, é porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	9

isso acaba por prejudicar o próprio projeto que está em curso no CAJE, para os sentenciados.

É preciso que tenhamos claro que o CAJE não pode funcionar sem o apoio do Estado, da maneira como vem acontecendo. Por isso digo que as pessoas que lá estão são realmente heróis. É um absurdo a venda de produtos da oficina de panificação para a compra de farinha para o dia seguinte. É um absurdo as oficinas não poderem funcionar porque não têm material. Como é que um projeto pedagógico sobrevive a essas condições?

Por isso digo e aqui repito que qualquer problema que acontecer tanto no CIAGO, quanto no CAJE será de responsabilidade exclusiva do Governo do Distrito Federal. Não têm que se culpar os servidores que aqui estão. É de responsabilidade exclusiva do Governo do Distrito Federal.

Já alertamos várias vezes o Governo do Distrito Federal sobre a situação que está em curso nessas instituições. Essa é uma boa discussão para fazermos aqui, juntamente com o Deputado Berinaldo Pontes, que, com a sua sensibilidade, com a sua formação acadêmica de assistente social, com certeza incorporará uma série de modificações no projeto, fazendo com que ele caminhe de acordo com o que já está estabelecido e pactuado. Penso eu que o SUAS não precisa ser instituído, ele é um pacto feito com as unidades da federação. Ele precisa é ser regulamento aqui no Distrito Federal. Não tem regulamentação porque não está ainda sendo implementado.

Para falar melhor sobre isso, concedo a palavra à Subsecretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF, Sra. Marta Sales.

SRA. MARTA SALES – Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, a Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay; o Deputado Berinaldo Pontes; a colega Sussu; o Cássio; o Paulo Reis; todos os colegas que estão no plenário e na galeria e os colegas da Secretaria, da então extinta fundação - ainda estamos dentro da mesma carreira, embora hoje, por uma decisão política de governo, em "arenas" um pouco diferentes, mas apenas em termos estratégicos de atendimento. Continuamos colegas da mesma Secretaria.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um histórico e que minha fala se ativesse a dois aspectos: são dois projetos de lei que, de certa forma, são assuntos diferentes, mas que têm tudo a ver um com o outro. Não se faz uma política de assistência social se não houver uma boa carreira de profissionais, quadros desses trabalhadores que fazem e que operam essa política. O projeto de lei encaminhado, que institui a política de assistência social e o SUAS, no Distrito Federal – entendemos desta forma na época, ao discutirmos isso com o Conselho de Assistência Social –, faz as duas coberturas. Ele faz uma cobertura de uma delegação, que é instituir a política de assistência no Distrito Federal por meio - é a competência - de uma lei que nós não tínhamos. Então, esse projeto de lei estaria fazendo essa correção, pois ainda não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	10

tínhamos uma política de assistência social instituída. Nós, com o (inaudível) SUAS, estaríamos nos moldes em que o SUAS está estabelecido, pela própria política nacional... seria a sua adesão, numa forma de instituí-lo nos mesmos moldes com que ele está preconizado na política e na norma, no âmbito do Distrito Federal. Sendo assim, estamos tratando, então, da instituição do SUAS e criando a política de assistência social no âmbito do Distrito Federal, que, de certa forma, não tínhamos anteriormente.

Em termos da política de assistência social, havíamos criado a lei de criação do Conselho, a lei de criação da Secretaria Executiva do Conselho, mas não da política de assistência social do Distrito Federal. E o que temos é a normativa maior, que é a LOAS. Mas, não no âmbito do Distrito Federal, nós não tínhamos isto, um PL que trata dessa instituição.

E qual foi o modelo que trouxemos da política para o Distrito Federal? Nada mais do que o que já estava sendo discutido, aprovado e encaminhado, que é o nosso referencial da política nacional. Então, só colocamos como essa política, no campo, no seu estabelecimento na área federal, estaria se dando no âmbito do Distrito Federal. Sendo assim, fizemos as adequações da política nacional no campo e no âmbito do Distrito Federal. A instituição do SUAS foi da mesma maneira. Como disse a Deputada, não há nenhuma inovação porque não podemos fazê-lo. Temos de obedecer a uma legislação maior, que já está posta, que é a normativa que estabelece a política nacional e também a NOB do SUAS, que trata da operacionalização da política nacional.

A política nacional, inclusive, na segunda versão. A primeira já existia, e a segunda foi em novembro de 2004, quando houve essa nova aprovação, com uma nova formatação e uma nova concepção do Sistema Único de Assistência Social. A política traz esse caráter inovador da política de assistência, como o direito do cidadão, o dever do Estado e que compõe o tripé da seguridade que está no artigo da Constituição: Saúde, Educação e Assistência Social.

Então, a política abandonou o antigo caráter assistencialista, de "prefeiturização", "primeiro-damismo", filantropia, trazendo uma nova filosofia e um novo paradigma para o Brasil.

Ela traz uma nova concepção que institui o direito de o cidadão ser atendido dentro de uma política pública que até então não era considerada. Ela foge totalmente do entendimento e da concepção de que qualquer governante pode traçar os seus programas e colocar esse atendimento em qualquer lugar.

Ela traz uma configuração diferente de norte a sul, de leste a oeste do País. É uma política pública, estatal, com nome e endereço para o cidadão se reportar.

Assim como a Saúde, que tem o *locus* da execução, por meio dos postos de saúde, dos hospitais; assim como a Educação tem as escolas e todas as suas dimensões, desde a política de educação infantil até o terceiro nível, a política



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	11

estabelece que cabe aos Centros de Referência de Assistência Social a proteção básica do cidadão pelo Estado. Isso está muito bem apresentado.

E, para isso, precisa-se de servidores públicos concursados. Não podemos fazer uma política pública precarizada, com estagiários, com um quadro de funcionários que hoje contamos e que amanhã não contamos. Nesse sentido, está totalmente descartado. Temos que buscar a duras penas, mas precisamos tentar ter um objetivo e um alvo de implementar essa política dentro desse caráter público e estatal.

Outro equipamento que a política traz são os CREAS, para a situação de violação de direitos, famílias vulnerabilizadas. Esses Centros de Referências Especializado de Assistência Social também trazem na sua composição, na sua formatação, os serviços que precisamos ofertar.

Tem-se nos CRAS os serviços básicos. O CRAS é exatamente o equipamento da porta de entrada da família que precisa ser atendida na política de assistência social.

Nos CREAS são as pessoas, as famílias, que têm um grau de vulnerabilidade, uma violação de direitos que precisamos estruturar.

Outra linha de estruturação dentro da política da proteção especial são as Unidades de Alta Complexidade. Temos os serviços que temos que implantar. Para nós, trabalhadores dessa política, temos um grande desafio. O desafio de desmontar, implantar o novo, ainda convivendo com o velho.

Isso não é fácil, porque estamos ainda, em algumas estruturas, com o quadro de recursos humanos em todo o Brasil bastante deficitário. Não é somente em Brasília que estamos vivendo isso. Precisamos fazer esta transição: tirar o velho e colocar o novo. E o novo não pode apenas se restringir a uma mudança de nome. Mudamos o nome de CDS para CRAS, mas precisamos mudar a essência de atenção às famílias como prioridade dentro dos CRAS.

Em toda linha de violação de direitos socioassistenciais, da mesma forma. Não mudamos de SOS para CRESS simplesmente para mudar a fachada ou colocar ali uma nova placa, mas precisamos mudar a essência do atendimento para ter o reconhecimento do cidadão para que ele veja que, ainda que haja questões de deficiência na Saúde e na Educação, existem equipamentos aos quais ele pode recorrer.

Na política de assistência precisamos fazer a mesma coisa. Então, reconhecemos que o processo é novo, com grandes desafios, mas é um processo que está muito acelerado. Ontem tivemos uma reunião que foi extremamente enriquecedora. Houve um grande debate e já temos um monitoramento de como estão os CRAS no Brasil. Temos avanços, mas há ainda muito a corrigir em termos de implantação dos CRAS; em Brasília não é diferente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	12

Temos os CRAS, que são os antigos CDS, que não podem mais permanecer como estruturas de CRAS onde estão, pois os CRAS devem estar localizados em áreas de alta vulnerabilidade. Precisamos deslocar essas bases físicas – o que é impossível -, transformá-las para atender a outros tipos de trabalho e levar esses CRAS para os territórios de alta vulnerabilidade.

Não será um CRAS por RA, precisamos instalá-los de acordo com o porte da RA, de acordo com as áreas de vulnerabilidade, com um número de famílias referenciadas e com um número de trabalhadores. Tudo já preconizado pela norma NOB de RH. Assim, poderemos classificá-los como Pequeno Porte I, Pequeno Porte II, Médio Porte, Grande Porte e CRAS de Metrópole, no qual o Distrito Federal está enquadrado.

Estamos com uma política garantidora de direitos – trazendo uma nova concepção, uma nova filosofia -, atrelada a um conjunto de estratégias de trabalho, de decisões políticas para viabilizá-la. Nesse bojo, precisamos e temos que rever a questão dos servidores. Não preciso dizer, todos os trabalhadores que aqui estão sabem que passamos dez anos em convênios, primeiro com o ICS e depois com a Nossa Senhora de Fátima, a tão conhecida Santinha. Com a saída do convênio em fevereiro de 2007, quase fechamos as portas. Não fechamos pelo ato guerreiro – já dito aqui – de muitos colegas que seguraram a onda dentro dos CRAS, dos CREAS – estruturando-os, pois ainda não tínhamos oficializado os CREAS e os CRAS. As equipes estavam muito precárias. Passamos praticamente um ano de muita angústia e sofrimento, com o mínimo de cargos comissionados segurando nossas unidades. E aí, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC nº II, feito com a SEDEST, conseguimos realizar um concurso seletivo simplificado e empregar 384 trabalhadores nessas unidades – colocamos 82 assistentes sociais, 150 agentes sociais, 17 pedagogos e outros profissionais. E esse número é um pinga d'água no oceano, pelo que precisamos expandir e descentralizar, principalmente em termos de CRAS.

Os CRAS devem ser instalados em territórios de vulnerabilidade com estruturas não precarizadas. Estamos, hoje, fazendo um processo intermediário tanto no Itapuã como na Estrutural. Nesses locais estamos com um espaço físico precário até conseguirmos a liberação de um processo de aluguel que está tramitando e pelo qual estamos correndo atrás; precisamos de melhores espaços para termos características de CRAS. Entretanto, optamos por começar provisoriamente a estabelecer um vínculo com a comunidade enquanto aguardamos que esses processos de aluguéis, que tramitam para melhoria do atendimento dos CRAS, sejam liberados.

Há um dificultador. As áreas de maior vulnerabilidade – Itapuã, Arapoanga (precisamos levar o CRAS de Planaltina para Arapoanga), Mestre D'Armas, Estância, Morro do Preá, Vila São José – estão todas mapeadas. Precisamos qualificar o perfil dos moradores dessas comunidades. Sabemos que o processo de locação de imóveis



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	13

em áreas não regularizadas é difícil. Contamos com a compreensão da PRG, que está preparando um parecer que nos proporcionará alugar os espaços para instalação dos CRAS da Estrutural e do Itapuã pelo entendimento de que se formos esperar por essa regularização e esperar que todos os documentos solicitados estejam prontos, tudo será muito difícil e demorado.

A PRG está bastante sensível e está nos dando um parecer para viabilizarmos os aluguéis nessas áreas. São muitos aluguéis que temos que construir, mas estamos preferindo neste momento o processo da locação para agilizar a implantação.

Paralelo a isso vem a questão da carreira, também abordada no TAC. O projeto que foi encaminhado a esta Casa foi uma urgência de cumprimento do nosso TAC, que, na sua cláusula 4ª, dizia que tínhamos o prazo de 120 dias para encaminhar à Câmara Legislativa um projeto de lei para reestruturar a carreira de assistência social. Estabelecemos a contratação de pessoal pelo processo seletivo simplificado e trabalhamos no projeto. Trabalhamos muito com a Secretaria de Planejamento, que, inclusive, é quem dá toda a orientação. Foi ela quem enviou o projeto ao Sr. Governador que, por sua vez, encaminhou a mensagem para a Câmara.

Então, nós ali trabalhávamos, conforme exigência do TAC, reestruturando a carreira de assistência social. No encaminhamento da mensagem, fomos surpreendidos, pois, acrescido à reestruturação da carreira de assistência social, estava agregado o termo "justiça". Para a nossa Secretária Eliana Pedrosa isso foi uma surpresa, para nós também. Imediatamente, fizemos o registro à Secretaria de Planejamento, que não era a discussão que havíamos feito com toda a equipe. Questionamos a possibilidade de equívocos no encaminhamento.

Decidiu-se que verificássemos a melhor forma, porque a carreira de assistência não pode ser acompanhada pelo termo justiça, até porque as medidas que hoje estão na Justiça amanhã poderão não estar, em consequência de outro governo, ou de outra medida que venha a ser adotada pela área de governo. Então, temos que realinhar isso.

No que se refere à questão dos servidores, entendemos que, de certa forma, os dois TACs, o TAC da SEJUS e o da SEDESC, previam o concurso para atender a área das medidas socioeducativas e a da assistência. Neste ano, verificou-se que o concurso da SEJUS seria feito dentro da carreira da SEDESC – no caso, especialista em serviço social. Sendo assim, seria feito um concurso para a SEJUS que contemplaria o TAC da SEDESC. Portanto, a nossa deficiência de pessoal estaria sendo contemplada com o número de trabalhadores colocados do TAC da SEDESC. O nível técnico, de certa forma, foi contemplado pelo concurso realizado e o nível médio está em processo de andamento na Secretaria de Planejamento. Porém, ainda estamos com algumas carreiras de nível superior sem estarem contempladas. Fazer a política, estabelecer uma reestruturação da carreira não é somente suprir os cargos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	14

de assistente social, pedagogo, psicólogo e agente social. Existem outras categorias fundamentais que são necessárias na carreira, como sociólogos, administradores, advogados.

São dois PLs que se casam plenamente para viabilizar essa política garantidora de direito principalmente para o cidadão que está vulnerável à situação de risco e não possui efeito apenas no corte de renda – trata-se de situação de vulnerabilidade. Temos que ter uma estrutura de Estado pronta para fazer esse atendimento.

Agradeço a oportunidade. Peço desculpas, pois quem estaria aqui seria a nossa Secretária, mas hoje S.Exa. está tratando de uma situação bastante séria em uma unidade nossa, em Ceilândia. S.Exa. pediu que eu a representasse.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra ao Cássio Alves Moura, Presidente do SINDSASC.

SR. CÁSSIO ALVES MOURA – Boa-tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui discutindo dois projetos que são fundamentais para a nossa carreira. Agradecemos ao Deputado Berinaldo Pontes e à Deputada Erika Kokay, que sempre estiveram abertos e dispostos do Legislativo de forma integral em defesa dos nossos direitos.

Nós, como servidores, temos um paradigma muito claro. Estamos discutindo duas políticas: uma que trata de forma verdadeira os direitos, as questões essenciais das nossas famílias e a outra que é um projeto que mesmo tendo na sua essência o servidor - hoje não mais como servidor e sim como garantidor das políticas - não tem a garantia dos seus direitos que são garantidos na espinha dorsal do que diz a carreira do GDF. É complicado para nós, porque desde 1986 não há concurso público para a carreira de assistente social. E a carreira de assistente social é o berço da assistência no Distrito Federal. É complicado você ver o nível básico de uma categoria que nunca foi capacitada para nada do ponto de vista da casa. O Governo nunca se empenhou em dedicar o mínimo de capacitação a esses servidores. Simplesmente diz: "este cargo está extinto". O pior é ver o Governo do Distrito Federal não demonstrar o mínimo de respeito por esses servidores ao não receber o seu sindicato para discutir um projeto que trata dessa carreira. E ao mesmo tempo em que esses servidores são garantidores da assistência pública do Distrito Federal, eles não têm os seus direitos garantidos.

Eu gostaria de deixar de forma clara uma situação que temos hoje no Distrito Federal: a Secretária de Assistência, com a exceção de uma audiência marcada pelo Deputado Cabo Patrício, não recebeu o sindicato neste ano. Eu gostaria de deixar clara a situação por que passa os servidores. Pior do que isso: hoje temos uma carreira que não tem a mínima norma de remoção de servidor. Temos uma carreira em que os servidores se sentem assediados moralmente o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	15

tempo todo, porque são escravos de um mísero contrato de quarenta horas, porque são escravos de uma mísera gratificação, porque o tempo todo se ouve: "ou você faz ou você perde". (Palmas.)

Não se pode exigir que um servidor garanta o que a sociedade tem direito se esse mesmo servidor não tem os seus direitos garantidos. E, neste caso, é necessário, além da discussão do Projeto de Lei nesta Casa, que também a Secretaria discuta as normas de movimentação, de execução, de capacitação, de moralização do serviço no dia-a-dia, porque o amigo do chefe não pode ter privilégio contra quem não é amigo do chefe. Isso tem que acabar dentro da Secretaria. (Palmas.)

Hoje, gostaríamos de ter uma definição clara: estaríamos aqui discutindo o que é assistência, o que é Justiça. Mas não podemos simplesmente discutir porque o próprio Governo do Distrito Federal deveria estar aqui representado por seus Secretários para podermos ver até onde o Estado tem a definição do que é Justiça e do que é assistência. Porque só assim poderemos realizar uma discussão sobre onde esses servidores estarão, porque a política de governo, vulnerável da forma que está, hoje cria uma Secretaria, muda uma carreira. Isso não aceitamos. Podem, sim criar Secretaria, mas a espinha, a essência, a vida do servidor tem de ser garantida em algum lugar! Porque esse servidor não pode mudar de carreira na mesma condição em que o Governo cria Secretarias! E nós vivemos isso hoje: a Secretaria de Justiça foi criada, e o pessoal da Polícia Civil foi retirado!

O SINASE prevê o atendimento de parte da política, mas o SUAS também prevê parte do atendimento das políticas socioeducativas. Hoje, Brasília vive uma incógnita sobre para onde vai o recurso da LA! O recurso da LA pode vir para a assistência e depois ser repassado para a Justiça? São discussões que estão ocorrendo. E isso impede que o servidor tenha uma definição em sua carreira!

Ou seja, ingressamos no serviço público em uma carreira. Se após 22, 25, 30 anos nós temos de mudar essa política, tudo bem, que se mude a política, mas que se garanta a carreira. E que se garanta, no mínimo, a discussão com esses servidores que aí estão há 25 anos para poder fazer a alteração da carreira. Disso nós não abrimos mão! (Palmas.)

Voltando ao PL, há duas situações claras. A primeira: o projeto, ele tem de tratar da reestruturação. Com certeza. Temos de discutir a implementação de novos cargos dentro de nossa carreira, que foi criada em 1989. Certamente, ela tem de ser alterada.

Mas esse projeto, nós acreditamos também que por lei ele tem de trazer no seu bojo a capacitação do servidor. Até para que possa realmente entender de que forma está se dando o SUAS. Nós gostaríamos que o projeto previsse isso.

Nós gostaríamos que houvesse a valorização do servidor. Como foi dito pela Subsecretária Marta Sales, nós estamos atendendo nos pontos de maior



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	16

vulnerabilidade da sociedade. E a esses servidores têm de ser dadas também garantias para que possam se auto-avallar, possam se garantir, para que não se misturem com aquela comunidade, do ponto de vista da miserabilidade em que ela vive.

Então, o mínimo que queremos é que se discuta de que forma esses servidores vão estar nessas unidades. Vai haver rotatividade nesse sentido? Quais são os cronogramas de vivenciamento desses servidores? Que tipo de condição esses servidores terão? Pode ter quarenta dias de férias? Será que não seriam merecedores de quarenta dias de férias, para poderem colocar sua cabeça no lugar? De quanto em quanto tempo esses servidores teriam de ser capacitados, ser reciclados? São detalhes que para nós são essenciais e devem constar do bojo dessa lei.

Quando se fala em aposentadoria especial, temos que falar um pouco do porquê da aposentadoria especial. A lei federal prevê que servidores que atuam em situações insalubres ou de risco têm direito à aposentadoria especial.

Para nós, a situação é a seguinte: como dizer que uma unidade que lida com crianças é insalubre? O GDF sempre se apolou nesta situação: eu não posso dizer que essas crianças estão em um local insalubre. Porém, temos que saber diferenciar o que é um local insalubre e qual o tipo de insalubridade a que o servidor está exposto ao lidar com a clientela!

Porque a clientela, por mais que tenha o interesse, o desejo e a força de propor sua mudança, no primeiro momento de contato, o servidor está diretamente ligado à situação vivencial daquela família! Em nossa carreira há diversos servidores com dificuldades de saúde, causadas por contatos diretos, principalmente nos albergues e nos centros de acolhimento.

Outra situação que queremos ressaltar é sobre mudar a nomenclatura dos nossos cargos: nós temos de ver o sentido disso. Porque nos preocupa mudar um "auxiliar" para "técnico", um "assistente" para "analista"!

Nós temos como função principal a execução da assistência. Nosso medo é estarmos mudando uma função que é de execução da assistência para uma função que seria de planejamento e fiscalização da assistência. Ou seja, até que ponto esse projeto está abrindo as portas para a terceirização total do nosso sistema? É um ponto sobre o qual temos muitas dúvidas. Qual o porquê desses nomes?

Vamos tão-somente entrar para a terceirização, colocando esses servidores como fiscalizadores e planejadores da assistência, ou vamos garantir que esses servidores sejam os executores da assistência? De que forma garantir isso no projeto? É outra dúvida que nós temos.

Gostaríamos de abrir um parêntese sobre a questão do nível básico. Ao colocar o servidor de nível básico em situação de extinção, o Estado está dizendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	17

que, a partir daquele momento, cada servidor desse nível que se aposentar, não se contratará mais ninguém. Cada servidor que venha a falecer, não se contratará mais ninguém. É o grande problema que estamos vendo.

O bojo da lei dispõe que os salários serão garantidos e que não haverá nenhuma alteração. Mas há duas situações. A primeira: o Estado não é obrigado a contratar. Tanto que ele não contratou mais. Desde quando não se contrata alguém? Desde 1993!

Mas, se a cada dia forem sendo excluídos esses cargos, os últimos podem cair simplesmente para situação de disponibilidade! O GDF pode dizer: "Para que eu quero esse servidor aqui? Vamos colocar esses cem, duzentos em disponibilidade e acabou!"

Essa não é uma política exclusiva deste Governo. É uma política que pode ser adotada por qualquer governo! Hoje, em Brasília, a pessoa é servidor público ou trabalha para empresas de terceirização! Não há meio-termo! Esta Casa é prova disso! Quatro Deputados desta Câmara – digo isso com todo o respeito – são do ramo da terceirização.

Nós temos de ter hoje a garantia mínima de que nossos filhos e netos poderão prestar serviço público, seja para copelra, para merendeira ou para vigilante. E nesta discussão estamos deixando claro aqui que, daqui para frente, isso acaba!

O nosso nível básico, ele não vai ter mais acesso ao mercado de trabalho no serviço público! E nós não queremos isso! Queremos um serviço público com uma carreira que não seja de elite. Nós discutimos muito isso.

Em nossas unidades de CEBEM, nós discutimos que projeto de educação se dá desde o portão até a diretora da unidade! Que o próprio porteiro é um educador, a merendeira é uma educadora. E assim todos nós faríamos parte de um processo de educação! E isso tem de voltar a ser garantido! Nós perdemos essa história e queremos resgatá-la! Não queremos a extinção do nível básico, mas, sim, a valorização do nível básico! (Palmas.)

Outro ponto: quando trata da regulamentação de nossas funções, o projeto, ele joga diretamente ao Secretário da pasta a definição das especialidades dos cargos. Uma vez que estamos trabalhando na reestruturação de uma carreira com base na NOB-RH, eu acho importante que se garanta o que essa norma traz em seu bojo! Ou seja, a formação de comissão tripartite para discutir os cargos e principalmente as carreiras e sua reestruturação.

A NOB-RH, em diversas situações, prevê que tem de haver uma discussão com os servidores quanto à implantação de mudanças e reestruturações. E isso não está garantido! Uma prova disso é o projeto atual.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	18

E o pior: ele foi encaminhado sem que a própria Secretaria soubesse! Imaginem os servidores! É mais um ponto que nos preocupa. Entendemos que podem ocorrer mudanças diretas no bojo da lei para que se garanta isso.

Dentro ainda da pasta da carreira, seria importante que houvesse uma discussão, principalmente com os companheiros do CAJE que distribuíram essa carta, sobre qual seria o momento ideal para discutirmos a questão da aposentadoria; em qual dos dois projetos faríamos a discussão; se seria nos dois projetos; se discutiríamos toda essa situação no PL nº 070, que trata da previdência do servidor, que estará até junho - digo isso porque os dois projetos têm prazo até junho para serem votados -; ou se criaríamos agora juntos uma comissão com os servidores do CAJE e os demais servidores da SEDEST no sentido de garantir a discussão sobre a aposentadoria especial dentro desse projeto. Então, eu gostaria que houvesse uma mesa redonda entre as bancadas e o Relator do projeto no sentido de discutirmos e amadurecermos esse ponto: em qual momento se daria a discussão quanto à aposentadoria. Porque, para mim, não é só uma questão de risco, há as questões de insalubridade nas quais os demais servidores estão envolvidos.

Volto a falar de uma situação clara do ponto de vista da SEJUS. Tivemos, no último ano, com certeza, um grande avanço do ponto de vista do acesso às discussões dentro da SEJUS. Tanto que hoje estamos com um projeto sendo debatido sobre a implantação do SINASE, porém não há ainda, por parte do Governo do Distrito Federal, uma definição de como atender dentro do Distrito Federal. Não temos um projeto, não temos uma definição sobre como e por onde utilizaremos as nossas unidades, não temos uma definição de nossos materiais. Não temos uma definição ainda, como UAG, da vida funcional dos nossos servidores. Ou seja, os nossos servidores estão sem promoção e progressão funcional há quase três anos, porque a SEJUS não tem uma linha de atendimento a seus servidores. Se não me engano, ela implantou, nessa semana ou na semana passada, uma comissão para fazer essa discussão.

Devemos voltar a cobrar da SEJUS que a casa precisa de um projeto, mas tem de haver uma briga junto ao Governo do Distrito Federal para que haja material e condições de trabalho. A cada dia está mais difícil trabalhar dentro das nossas unidades, tanto para os colegas de liberdade assistida, quanto para os de semi-liberdade e os do CAJE. Dentro do projeto, falta também a definição, quando se trata de justiça, de qual área estaríamos falando: se seria somente a área de medidas socioeducativas ou se também ampliaríamos para os conselhos e outras situações que temos dentro da própria SEJUS. Não temos essa definição.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Agradeço ao Cássio.

Depois, no decorrer dessa discussão, procederemos da seguinte forma: apresentaremos uma série de emendas, algumas que já estão sendo pontuadas aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	19

As emendas sempre são discutidas com os representantes do Governo. Já é uma discussão parlamentar. É muito ruim termos um projeto que não tenha sido fruto de uma discussão com os servidores. Isso vai contra toda a lógica com que foi construído o próprio SUAS e a lógica que unificou ou que coloca os dois projetos caminhando juntos. Digo isso porque tivemos uma experiência na área da educação, o plano de carreira da educação, que foi exaustivamente discutido com as entidades dos trabalhadores. Depois ele veio à Câmara Legislativa do Distrito Federal, e aqui fizemos outras discussões.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores e o Deputado Berinaldo Pontes nos comprometemos a promover essa discussão, chamar a representação dos trabalhadores, mas já no trâmite legislativo. O ideal é que ele já viesse, como o dos professores, com a discussão prévia.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que a extinção do nível básico significa terceirização. Não há nenhuma dúvida acerca disso. Numa das emendas que fizemos, podemos dizer que a carreira como um todo é uma carreira de Estado, para tentar impedir a terceirização. (Palmas.)

Eu quero deixar claro que nós não somos maioria nesta Casa. Tudo isso tem de ser negociado com o Governo. E uma das outras emendas que estamos elaborando é a que diz respeito ao caráter penoso da atividade, inclusive do ponto de vista dos acidentes de trabalho, não os intempestivos, mas os tempestivos, que são construídos pela penosidade. Tudo isso nós vamos discutir com vocês *a posteriori* quando tivermos formatado as emendas e as passarmos a vocês, para que as entidades possam discutir. Disponibilizaremos o nosso endereço eletrônico para que vocês possam encaminhar sugestões também, para que possamos fazer uma grande discussão.

Passo a palavra para a Dra. Assunção de Maria Ribeiro Fialho, conhecida como Sussu, Vice-Presidente do Conselho de Assistência Social.

SRA. ASSUNÇÃO DE MARIA RIBEIRO FIALHO – Bom, eu realmente me sinto muito mais à vontade com Sussu, até porque não sou doutora, tenho mal um cursinho de mestrado.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, principalmente o Relator e lhe desejar muita sorte, porque essa sorte será extensiva a nós. Se for um bom relator, nós teremos boas leis. Comprometemo-nos de estar juntos nessa luta.

Quero cumprimentar particularmente a Deputada Erika Kokay pela sua enorme disponibilidade de discutir temas que dizem muito para a assistência social, embora, às vezes, eles estejam até em outras políticas, mas têm tudo a ver. S.Exa. tem nos convidado, e nós temos participado. S.Exa. tem realmente chamado a eventos que dizem respeito especificamente à assistência social. Quero aqui testemunhar o esforço de S.Exa. no sentido de colocar na agenda pública esses temas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	20

Cumprimento o Cássio dizendo o quanto é difícil militarmos nessa instância. Pela sua fala, acho que vários pontos que foram tocados são essenciais para o debate. Cumprimento também o Paulo Reis e minha colega de martírio, por enquanto, a Marta, do Conselho de Assistência Social e à frente da Subsecretaria de Assistência Social.

Quero cumprimentar particularmente as pessoas que aqui vieram. Sei o tanto que é difícil acompanharmos uma temática dessas, sairmos das nossas unidades, apropriarmos-nos, às vezes, de discursos que falam de coisas que não vemos e que não sabemos como se consubstanciam e como mudam nossa vida de imediato, mas acho que é muito importante que estejamos aqui. Se estávamos fora do debate antes, estamos aqui agora demonstrando nosso interesse de entrar firmemente nesta discussão.

Antes de entrar na minha fala, quero também ressaltar a relevância desse evento. Eu posso estar equivocada, quero que me corrijam se for o caso, mas acho que nós nunca tivemos um evento dessa natureza, uma comissão geral; quer dizer, estamos aqui realmente subsidiando os Deputados na construção de leis. Isso na assistência social, eu considero que seja absolutamente novo. Estamos fazendo história. Quero cumprimentar a Câmara Legislativa por isso, mas quero também dizer que isso talvez signifique que a assistência social, de fato, está entrando na agenda pública como política pública da seguridade social brasileira. Uma política muito pouco compreendida, muito pouco valorizada, mas uma política extremamente relevante para as grandes massas populares brasileiras, que, embora sejam minoritárias em números, são extremamente significativas, porque são resultado dessa desigualdade social brutal, que caracteriza ainda a nossa sociedade, e essa política é estratégica para reverter esse quadro.

Estamos de parabéns por este evento.

Estou aqui na condição de Vice-Presidente do CAS. Tenho, então, a obrigação de fazer alguns esclarecimentos. A Política de Assistência Social e a criação do SUS foram enviadas ao Conselho ainda em dezembro do ano passado, e, até este momento, o CAS ainda não se manifestou sobre a matéria. Quanto ao projeto de lei referente à reestruturação da carreira, essa matéria não foi para o CAS. Isso, então, é um indicativo sério de que o CAS precisa ter investimentos na qualificação de seus conselheiros, para que eles atuem como os efetivos controladores dessa política que são e como responsáveis pela deliberação dos destinos dessa política no Distrito Federal.

Penso que o CAS está a merecer um investimento na sua qualificação, porque passar seis meses sem se manifestar sobre uma matéria dessa importância é um indicador sério da sua incompetência - ainda que involuntária, porque não houve investimento na sua qualificação. Eu acho isso bastante grave.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	21

Feitas essas ressalvas, não posso falar em nome do CAS, porque ele não se manifestou sobre nenhuma dessas matérias. Portanto, eu gostaria de pedir licença para me manifestar como militante desta área, porque é a única manifestação possível neste momento.

Ao ler a mensagem que encaminha o Projeto de Lei nº 670, posso estar equivocada, mas não consigo ver coerência entre o que está na mensagem e o que está no texto do projeto de lei. A mensagem fala da NOB-RH, que diz o quanto é séria a questão os recursos humanos: é o principal, é o elemento estratégico desta política.

A Assistência Social é diferente de outras políticas que podem lançar mão de instrumentos tecnológicos que acelerem processos de produção, como, por exemplo, o sistema bancário: podem-se usar máquinas que funcionam muito bem para fornecer extratos etc. Nós não temos como fazer isso na Assistência Social. Não temos como usar maquininhas para atender pessoas em risco social, pessoas em extrema vulnerabilidade.

Esta é a tecnologia de que dispomos: pessoas qualificadas, bem treinadas, satisfeitas com o que fazem, pessoas que se sintam valorizadas. São essas as pessoas que terão condições de ouvir essas demandas, essas queixas e processá-las. Isso está colocado claramente na NOB-RH, que detalha várias diretrizes. Ela diz que o plano de cargos e salários é um elemento, que não é o mais importante, embora seja essencial. O mais importante – diz ela – é assegurarmos pessoas qualificadas para essa política.

Essa política foi historicamente precarizada, historicamente terceirizada e a NOB-RH se coloca claramente: "o compromisso da política de recursos humanos é acabar com a precarização". Está dito isso, é a garantia de que não haverá terceirização nem precarização das condições de trabalho e da relação contratual, não apenas para o serviço público, mas isso se estende para a rede privada no sentido de que o Estado deve investir para que as instituições tenham condições de aplicar essas mesmas normas para os seus quadros de funcionários. Observamos que se fala exclusivamente de uma nomenclatura, muda-se tão somente o nome da carreira.

Estamos vivendo uma situação extremamente complexa. Antes, nós tínhamos uma única secretaria, que, numa reforma administrativa, se dividiu, se bifurcou. Agora temos a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Desenvolvimento Social, cujos quadros são únicos, saíram de uma mesma carreira.

Sabe-se que anteriormente essa carreira já tinha problemas lá atrás que não foram corrigidos. Quando a Constituição foi elaborada, havia quadros de pessoas que não eram concursadas das quais se dizia: "terão de ser concursadas". Uma parte foi concursada, a outra, não. Então, até hoje, temos um quadro de pessoas cuja situação não foi resolvida. É um número grande e significativo de pessoas que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	22

podem, ao final da vida, quando forem se aposentar, ter suas aposentadorias contestadas pelos tribunais. Precisamos corrigir isso. Já tínhamos problemas antes de separar as secretarias. Esses problemas foram mantidos.

Agora se fala em juntar carreiras sem que se discuta se são compatíveis. Até acho que são. Particularmente, acho que elas têm muita coisa em comum, mas têm também especificidades. Elas têm uma complexidade muito grande porque ambas - não interessa se é a Secretaria de Justiça ou se é Secretaria de Desenvolvimento Social - têm de considerar instâncias deliberativas e instâncias de controle diferentes.

A Assistência Social deve considerar não apenas o que fala o CAS, mas também o que fala o CDCA - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre as medidas socioeducativas, porque a política de assistência social é financiadora de medidas socioeducativas em meio aberto.

Precisamos ver como fica isso. Transferimos esse dinheiro sem controle nenhum sobre o recurso transferido. Esses são assuntos da gestão profundamente complexos, e precisamos dar conta deles.

Penso que o projeto de lei que veio para cá precisa ser profundamente alterado para que contemple isso. Ele se propõe a considerar a carreira, estabelecendo, só para isso, nove diretrizes que devem ser consideradas na hora da elaboração do plano. Além disso, a NOB estabelece equipes padrão para a proteção social básica, dependendo do tamanho do CRAS, como assinalou a subsecretária Marta Sales. Se ele tem cinco mil famílias referenciadas, precisa ter quatro técnicos de nível superior, dos quais um é coordenador, dois são operadores, etc. As equipes de referência para proteção social são pequenas para atender tantas famílias. Quando é no CRAS, ele diz para atender oitenta pessoas. Para atender oitenta pessoas, o CRESS diz: "eu preciso de uma equipe que tenha dois psicólogos, um advogado, duas assistentes sociais, um coordenador...". Isso para cada oitenta pessoas que estejam nessa situação de atendimento do CRAS. Além disso, ele estabelece quais são as equipes para abrigo, instituições de longa permanência e por aí vai. Isso na área da assistência. Quando você vai para a área da criança e do adolescente o SINASE estabelece como deve ser também. É estabelecido, por exemplo, que para abrigo temos que ter assim, assim e assim. Para instituições de internação é assim e assado. Então, temos parâmetros distintos que devem ser considerados na hora da formação dessas carreiras.

Foram criados até mesmo cargos novos, não existentes. Nossa carreira, por exemplo, não prevê o cuidador. O cuidador é algo novo criado pelo SUAS e pela NOB-RH. Então, temos carreiras e cargos novos. Temos situações novas que não foram discutidas ainda ao fazermos essa proposta.

Penso que o Cássio tocou numa série de pontos. Quero só lembrar que o Plano de Cargos e Salários é uma coisa, já a política de RH incorpora "n" outras coisas, entre elas o aperfeiçoamento permanente do seu quadro de pessoal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	23

Portanto, a qualificação permanente é uma coisa. Inclusive, ela contempla um gestor do trabalho como função necessária na política de assistência social e esse gestor do trabalho deve considerar que os trabalhadores devem ter instâncias e fóruns legais. Os servidores devem estar legitimamente amparados no sentido de participar não só da criação da carreira, como também gestão da política como um todo. Devem saber, por exemplo, por onde passam suas qualificações. Isso está garantido na NOB-RH.

Sobre o PL que trata da política de assistência social, devo dizer que foi uma surpresa para mim. Em nível nacional, a política de assistência social foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social depois de amplamente debatida no País. E qual não foi a surpresa quando se soube que uma resolução não era suficiente para comportar as inúmeras implicações que tinham essa política. Você tem que financiar. É uma relação com outros entes federados. Portanto, isso deveria estar disciplinado em lei. Não bastava uma mera resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, nem um decreto do Ministro, mas era preciso uma lei. Por esse motivo, foi ao Congresso Nacional.

Eu tenho a impressão de que o Governo local está seguindo uma lógica similar.

Com relação à política de assistência, não sei se é necessário que haja lei para assegurar isso. Eu estou dizendo do meu desconhecimento. Agora, eu acho que alguns pontos merecem atenção, já que dizem respeito ao nível local. Um deles é o financiamento. Realmente o financiamento precisa ser profundamente aperfeiçoado. Outra coisa que precisa ser aperfeiçoado no SUAS local é uma instância de articulação regional. Eu posso ter, por exemplo, a necessidade de ter... eu não sei se isso é possível porque esse dado ainda não nos chegou no CAS, mas vamos supor que Ceilândia tenha cem mil famílias, ou melhor, cinquenta mil famílias referenciadas. Pode haver, então, vários CRAS para dar conta dessas famílias. Quem articula os CRAS, já que eles têm coordenação entre si? Quem confere unidade àquele local? Em uma região que concentre um número muito grande de projetos e serviços, há que ser contemplada essa instância articuladora, que não existe hoje. Ainda nos níveis das articulações, nas administrações regionais — desculpem-me, mas eu não sei como se chamam agora, não sei se continuam as antigas DRES — mas, nessas gerências regionais, há um setor que trata de assuntos relacionados à assistência. Como nos relacionamos com essa instância? Isso não está previsto em nenhum lugar. São Paulo já regulamentou, mas nós, não. Então, precisamos dizer como fazer essa articulação com as demais políticas. Estabelecida uma instância, precisamos dizer: essa pessoa é responsável. Eu criei esse cargo, a pessoa que está nesse cargo tem de dar conta disso. Isso é fundamental.

Com relação ao financiamento, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que a lei que criou o Fundo de Assistência Social determinou que uma das fontes de financiamento, talvez a única, na opinião da professora Potiara, que tinha dinheiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	24

líquido e certo, eram as necrópoles. Não sei se 5% ou 10% da arrecadação das necrópoles deveriam financiar a assistência social. Esse dinheiro cai na "caixa comum" e não chega à assistência social tal como está determinado na lei. Acho que esse é um assunto que merece discussão, porque o financiamento da assistência é um ponto muito nevrálgico para nós.

Com relação à política — o SUAS é uma forma de gerenciamento que estamos aperfeiçoando —, acho que a proposta, embora não esteja da melhor forma, contempla as coisas principais. Entretanto, no que diz respeito à política, devemos nos concentrar, pelo menos, nos dois seguintes pontos: o financiamento e a articulação com as demais políticas. Muito obrigada pela paciência. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Sussu.

Solicitamos a quem queira se inscrever que levante a mão. Vamos colher as inscrições e encerrá-las imediatamente. O cerimonial vai anotar os nomes de vocês. Levantem a mão ou "se calem para sempre". Quem mais quer se inscrever para fazer uso da palavra? Vocês quatro? São três minutos para cada um, para que possamos seguir para os encaminhamentos. Por uma solicitação da taquigrafia, peço que os oradores se identifiquem com o nome completo, para que conste nos Anais da Câmara Legislativa.

SR. GABRIEL OLIVEIRA ROCHA – Boa tarde. Sou servidor da Secretaria de Estado de Assuntos Sociais, agora, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. Vejo aqui uma contradição na Mensagem nº 390, quando se refere à NOB-RH. O artigo 2º do projeto prevê que, se aprovado, os cargos de assistente básico serão extintos. Contudo, a NOB-RH prevê a existência de auxiliar. Então, esse projeto foi baseado em quê? Quem vale mais? O SUAS, a NOB-RH ou o projeto? Essa é uma pergunta. No caso de aprovado o projeto, sendo extintas as funções de assistente básico, o que vai acontecer com esses servidores? Qual a garantia que terão dos seus empregos? É preciso que se pense sobre isso. Apenas estou reforçando as palavras do colega Cássio. A reforma administrativa de 1998 condiciona o emprego, a função, ao cargo. No caso de extinção do cargo, abre-se precedente para a disponibilidade.

Como será feita a correção salarial desses servidores após a extinção do cargo? Em que vão se basear se o cargo não existe? Como vai ser feita uma coisa sem que ela exista? Essa é uma das perguntas.

Outra pergunta: se somos de carreira e "seguramos a barra" do novo Governo até agora, por que extinguir esse cargo? Temos de observar que em muitos casos o assistente básico é a base do serviço. Isso eu afirmo porque sou assistente básico e me sinto capacitado para fazer todos os serviços da nossa Secretaria. (Palmas.)

Já que podem ser incluídas emendas, eu gostaria que fosse incluída uma emenda criando a gratificação de título por escolaridade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	25

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Neste momento, passaremos a palavra ao Sr. Edglei Avelino de Souza.

SR. EDGLEI AVELINO DE SOUZA – Boa-tarde a todos. Meu nome é Edglei Avelino de Souza. Sou do abrigo Reencontro, de Taguatinga.

Não tenho o quantitativo de servidores da Secretaria hoje no geral, porque o quantitativo que tenho aqui é uma perspectiva, segundo o projeto. Porém, falando do básico, o quantitativo hoje é o resistente de 645 servidores.

A Sra. Marta Sales falou sobre os companheiros que, quando acabou o convênio, seguraram trabalhando. Esses são os mesmos companheiros que, quando se faz um contrato, ficam vulneráveis e são retirados das unidades sem o menor respeito, ou seja, são os "tapa-buracos".

Eu gostaria de saber da Sra. Secretária quantos servidores há hoje na ativa.

Quero deixar claro que os 645 cargos do serviço básico não podem simplesmente ser colocados em extinção sem que haja o mínimo de respeito possível.

Obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Edglei.

Passamos a palavra ao Sr. Luís Carlos Sanches da Cunha.

SR. LUÍS CARLOS SANCHES DA CUNHA – Boa-tarde, senhoras e senhores membros da Mesa. Boa-tarde ao pessoal da Secretaria de Ação Social e Trabalho e da SEJUS. Parabéns por estarem aqui, nesta Casa, participando de mais uma comissão geral para discutir a nossa lei, que é fundamental para a nossa Casa e para nós que somos dessa unidade.

Eu gostaria de deixar bem claro que fico um pouco estarecido ao saber que o Governo tem tantas áreas públicas e procura alugar outras enquanto pode construir unidades nessas áreas públicas.

Outra questão com que fiquei muito chateado, por ser básico no serviço social, é que a casa tem desprezado os básicos dessa unidade. Os básicos dessa unidade, como o próprio nome diz, são a base.

Tenho atentado para o fato de que, em todos os processos de ajuste, o básico é sempre jogado para trás. Há tempos não há uma qualificação desses básicos e muito menos da categoria geral. Fico realmente muito preocupado porque já há dois anos corremos atrás de qualificações para então nos apresentarmos à sociedade como referência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	26

Eu, como unidade referencial CRAS a que hoje pertença, fico estarrecido ao saber que nós somos a cara da entidade Secretaria de Estado de Ação Social. Por isso, eu gostaria que todos os básicos, médios e superiores tivessem uma qualificação melhor. Aliás, isso foi o que não houve neste Governo, infelizmente, para a nossa tristeza!

Realmente, gostaríamos de apresentar um trabalho à comunidade com dignidade e alegria, mas estamos doentes. Como vamos atender aos que estão necessitando? Se eu estou com carência de uma consulta hospitalar, como vou atender a uma pessoa que também carece da mesma consulta? Há uma briga minha com a própria comunidade carente de saúde e de assistência, mas a própria Casa não me assiste. É uma tristeza! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra ao Sr. Osvaldo Russo, que foi Secretário de Assistente Social aqui no Distrito Federal e Secretário Nacional da Assistência Social no Ministério de Desenvolvimento Social.

SR. OSVALDO RUSSO – Primeiro, cumprimento a Mesa, ao tempo em que revejo velhos companheiros e amigos de trabalho aqui do Governo do Distrito Federal. Quero fazer um esclarecimento sobre a instituição por lei.

No Governo Federal, como Secretário Nacional, coordenei a implantação do SUS – Sistema Único de Saúde. Houve um questionamento à época quando aprovamos via Conselho Nacional e via norma de operação básica, mas simplesmente seguimos o modelo do SUS. O modelo do SUAS é exatamente o modelo do SUS, que é todo pactuado por meio de normas operacionais e de resoluções aprovadas tanto pelo Governo quanto pelo Conselho.

Houve um questionamento da consultoria jurídica de que teria de haver uma transferência por lei. Acreditávamos, como até hoje, que não havia necessidade de lei federal para fazer isso, até porque já tínhamos a Lei de Diretrizes, a Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual. A lei que regulamenta a Constituição Federal é a LOA. Então, no meu ponto de vista, não há necessidade. Nada impede que haja uma lei nacional, mas no nível local não há que se instituir o SUAS, que é uma instituição nacional, não é local! É claro que não é proibido, mas não tem cabimento porque teria de se regulamentar isso.

Quanto ao mérito, o que deveria ser regulamentado não está instituído, que é a política de pessoal, a de capacitação e o enquadramento da NOB-SUS, como muito bem falaram a Dra. Assunção e o Sr. Cássio. Então, não atende nem o SINASE e nem a NOB-RH. Isso sim é que deveria estar regulamentado.

Finalizo deixando bem claro que tenho conversado muito com o Sr. Cássio, com o Sr. Elton e com o pessoal da Assistência. Eu, que fui secretário aqui e sei perfeitamente o que é isso porque trabalhei em nível federal na execução, sei da tensão que é trabalhar em instituições de internação, de semiliberdade e de liberdade assistida. Ora, sei o que significa isso. De fato é inteiramente justa a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	27

proposta feita pelo servidor de haver aposentadoria especial para essa área. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – O Sr. Osvaldo Russo é o último inscrito. Agora, vou pontuar alguns temas. Logo em seguida, passo a palavra para o nosso Relator, Deputado Berinaldo Pontes.

Quero esclarecer sobre o nível básico. Eu vou dar o exemplo do Banco Central, que tinha uma chamada carreira de apoio, o nível básico. Pensou-se, à época, em se colocar essa carreira em extinção. Mas, quando há extinção, você não tem nenhum questionamento jurídico para terceirizar os serviços, já que são serviços fundamentais.

Quando a carreira existe e é terceirizada, isso é passível de um questionamento jurídico. Se existe, se está prevista a função e se está dentro da política da assistência social, por que terceirizar?

No Banco Central, pensaram em extinguir, mas não extinguiram. Por muito tempo, a carreira ficou morta, de fato em extinção, embora não fosse formalmente extinta. Mudou o Governo e hoje houve concurso. Entendeu-se que a carreira de funcionário do Banco Central é típica de Estado e que todos os níveis fazem um corpo só. Esse é o entendimento que temos, conforme exposto pelo Sr. Cássio Alves Moura e pela Sra. Assunção de Maria Ribeiro. Um corpo só, pois todos são educadores. É como na educação, quem diz que a merendeira ou que o porteiro não são educadores não sabe o que é educação, pois são todos educadores.

A lógica deste Governo é a de estado mínimo, de terceirizações. Essa é a lógica que vai estar na educação, na saúde, na assistência social e na Secretaria de Justiça também. Eu fico impactada, pois o Japão enfrentou uma devastação muito grande durante a guerra; foram necessários trinta anos para reconstruir o País, inclusive a sua auto-estima, e um dos seus princípios básicos da dita revolução industrial é aquele que está hoje no nosso serviço público: o emprego vitalício, a promoção. Essas atitudes dão fidelização aos seus funcionários. A pessoa entra na carreira sabendo que não irá se aposentar como entrou, que terá uma progressão salarial e, assim, ela se dedica ao trabalho e faz uma aposta de vida com a carreira. Isso não acontece com a terceirização.

Digo isso porque o Governo tentou terceirizar - e conseguimos impedir via Ministério Público - o serviço de lavanderia, chegando, inclusive, a fazer um edital de licitação para terceirizar o serviço de lavanderia dos hospitais.

Uma das justificativas do Secretário é que o trabalhador terceirizado poderia ser demitido a qualquer momento. Quando lutamos para ter estabilidade no serviço público é para que nos sintamos como servidor da população e não do chefe de plantão. Se você pode ser demitido amanhã, não haverá autonomia funcional e haverá uma preocupação com o que se fala e com o que se faz e se isso pode representar a sua demissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	28

Uma das coisas que temos que trabalhar é a questão do nível básico. É óbvio, está coberto de razão o Sr. Cássio Alves Moura e a Sra. Assunção de Maria Ribeiro, é necessária a qualificação.

Conseguimos, com muito custo, com recursos do Governo federal, R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) se não me falha a memória, há dois ou três anos, para a qualificação dos servidores do CAJE, mas o Governo local perdeu esse recurso, porque não apresentou um projeto. É necessário que se tenha um projeto de qualificação continuada. O servidor tem que ter disponibilidade para aquele exercício, pois estamos lidando com pessoas. O serviço que vocês desenvolvem, tem razão a Sra. Assunção de Maria Ribeiro, não pode ser substituído por máquina, tem que ter o contato de uma pessoa com a outra. A qualificação é fundamental.

Queremos trabalhar uma emenda - temos que ver como vamos construí-la - que contenha os critérios para lotação. O que o Sr. Cássio Alves Moura disse é verdade. Se você pode sair de uma entidade ou de uma instituição que tenha uma gratificação *ex officio* e se essa gratificação é de três vezes o seu salário, se você perder a gratificação estará perdendo o emprego dentro do emprego. Isso precisa estar claro, para que o servidor não fique fragilizado, para que ele tenha segurança da sua remuneração. Mesmo que seja uma lotação transitória, ou uma sessão transitória, isso tem que ficar claro.

Outra coisa que deve ficar claro é com relação ao servidor acometido por acidentes no trabalho. Se ele terá que ser realocado, temos que assegurar a ele a manutenção dos seus direitos. Caso contrário, o servidor ficará sendo vítima, por exemplo, de uma tentativa de rebelião ou de uma agressão, e vai ficar completamente compelido a continuar onde está, porque se ele sair de onde ele está perderá a remuneração. Isso terá que ser assegurado para os servidores acometidos por acidentes de trabalho.

Somos favoráveis à emenda de aposentadoria especial, ela é justa. Tenho uma dúvida, serel sincera com vocês, temos poder para isso? Vamos trabalhar com essa emenda e vamos trabalhar para aprová-la. É o poder do Poder Legislativo local. Mas para além da questão da aposentadoria especial, que é justa, que temos de começar a fazer essa discussão, temos de assegurar o caráter penoso das atividades, e digo das atividades de medidas, - que o Russo disse, e eu concordo com tudo - mas não somente de medidas. Quem trabalha com uma população de extrema vulnerabilidade social sabe que é um nível de sofrimento, é cuidar sem ser cuidado. E sabemos como isso provoca um nível de sofrimento psíquico intenso, principalmente quando você tem de cuidar e não tem condições para isso, porque você se sente preso por um sentimento de aporia, de impotência e começa a questionar o que está fazendo ali, por estar lidando com a aquela população e não ter instrumentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	29

Por isso, vamos, também, discutir a questão do financiamento, do co-financiamento.

O Governo Federal repassa para a assistência social, inclusive para CRAS e CRESS, o valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) por ano para a política global de assistência social. Tem de haver um co-financiamento do Governo local. E, aí, eu fico muito preocupada quando vejo dois representantes do Governo aqui falarem como se não tivessem poder de gestão. Parece-me que a política está sendo efetivada pela Secretaria de Planejamento, e não por quem executa a política. Quem executa a política de assistência social não é a Secretaria de Planejamento. Perdoem-me. Não é! Quem executa a política das medidas da Secretaria de Justiça não é a Secretaria de Planejamento. Você vai conversar com o Secretário de Educação e ele diz que você tem de conversar com o Secretário de Planejamento. Então, eu digo o seguinte: temos aqui pronunciamentos – como, por exemplo, a do Paulo Reis – que fala como se não fosse um gestor! Temos um bom diálogo com a Secretaria de Justiça, sem nenhuma dúvida, e acho que temos um bom diálogo com os servidores também. Mas me parece que a opinião da Secretaria de Justiça não é considerada. Então, quem executa a política? Não pode ser a Secretaria de Planejamento. Tem de ser os responsáveis pela área, e temos de fazer essa discussão aqui.

Enfim, temos de impedir a terceirização nesse processo. Um grande passo para a terceirização é acabar com o nível básico. É colocá-lo em extinção, porque o serviço vai ter de ser feito, os funcionários se aposentam, e quem é que vai substituí-los? Vão ser substituídos por empresas, porque a carrelra está em extinção. A gratificação por titulação já existe nos planos da educação, e acho que ela é importante, porque ela serve, entre outras coisas, para o estímulo da escolarização dos servidores. Podemos incluí-la também.

É muito importante o que a Assunção falou, quando disse que temos instâncias de articulação dos diversos locais de execução da política. E estâncias de articulação das políticas, porque eu não posso trabalhar a assistência social sem trabalhar com a educação, sem trabalhar com a saúde, enfim. Como é que eu trabalho com crianças e adolescentes, por exemplo, na Secretaria de Justiça se não há uma interface com a saúde? Como é que trato, por exemplo, drogação de adolescentes? Então, temos de construir isso no projeto do SUAS.

Por fim, entre outras coisas, fico muito surpresa por termos dois projetos que dizem respeito à assistência social e que não têm nenhuma discussão no CAS. Como não houve uma discussão no CAS sobre esses projetos? Quem formula a política? Uma das coisas que temos de trabalhar, não sei onde exatamente, é a aparelhagem do CAS. O CAS não pode ficar sem estrutura. Tem de estar previsto em lei, com servidores de apoio. Precisamos corrigi-la e adequá-la à NOB - esse assunto já foi tratado aqui, não vou repeti-lo -, porque senão poderemos questionar essa estrutura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	30

Acredito que o mais urgente a ser tirado desta Comissão Geral, além das férias especiais que parte das pessoas da área de Saúde já tem, quarenta, vinte por vinte, o período tem de ser dividido, é um procedimento de negociação. O restante será transformado em emendas, e elas serão discutidas com a Base do Governo, que é maioria. Algumas coisas nós vamos conseguir, outras, não. É um processo. Podemos também, de imediato, fazer – no que diz respeito aos dois projetos, não apenas a um – uma reunião para negociar com a representação sindical, com o Governo e com esta Casa. Espero que possamos sair hoje daqui com o agendamento dessa reunião para discutirmos o assunto ponto a ponto.

Desejo boa sorte ao Deputado Berinaldo Pontes, pois creio que teremos de construir um substitutivo. Vamos ver o que podemos construir nesse período. O certo é que o Deputado Berinaldo Pontes terá uma tarefa extremamente árdua.

Eu pontuei as emendas que vamos encaminhar. Estou falando em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Tenho certeza de que posso contar com a sensibilidade do nobre Deputado Berinaldo Pontes. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos encaminhando essas emendas que aqui foram listadas. Não adianta só encaminharmos, e vocês sabem muito bem, porque existe todo um processo de negociação com a maioria dos deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Cumprimento a Subsecretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF, Dra. Marta Sales; o Gerente de Ressocialização de Medidas Socioeducativas da Secretaria da Justiça e Cidadania de DF, Sr. Paulo Reis, e também o Presidente do Sindicato, Cássio Alves de Moura.

Início fazendo um agradecimento, em especial, aos Deputados desta Casa, que aprovaram a realização desta Comissão Geral para que pudéssemos estar aqui no dia de hoje discutindo esse tema que sem dúvida nenhuma é de grande relevância para o Distrito Federal, o mais beneficiado ou o mais prejudicado, dependendo das decisões que forem tomadas.

Agradeço especialmente à Deputada Erika Kokay, que não mediu esforços para que aglutinásemos força política a fim de hoje estarmos aqui. Agradeço ao Deputado Paulo Tadeu e ao Deputado Cabo Patrício. Já há esperança, pois estamos discutindo esse tema em reunião realizada em horário de sessão ordinária. Onde há esperança, há força para lutar.

Agradeço ao *Jornal de Brasília*, que hoje publicou matéria sobre a realização desta comissão geral. No âmbito da CEOF, coube a mim a relatoria do Projeto de Lei nº 670, que, em particular, trouxe-me, como assistente social, muitas dúvidas e muitos questionamentos. Senti a necessidade de trazer essas dúvidas para discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	31

O mandato, o poder de um agente público passa, mas as instituições ficam. O que for aprovado aqui – matéria boa ou ruim - ficará para a sociedade, para os servidores futuros. Quero ser um instrumento do bem, e não do mal. Sei das minhas limitações. Fui o vigésimo candidato mais votado no Distrito Federal, e perdi as eleições; estou como suplente. Tenho limitações políticas, mas elas têm limite. Desejo construir uma relatoria de acordo com os interesses das instituições interessadas e da sociedade. Se iremos aprovar em plenário, não sei, e a Deputada Erika Kokay sabe que não é fácil. Mas estarei consciente de que exerci o meu papel. (Palmas.)

Vejo aqui os trabalhadores de Planaltina – falo de Planaltina porque é a minha cidade - até esta hora, pois são lutadores. Vejo aqui servidores que se dedicam, ao extremo, para manter aquela instituição viva e acesa. Todos esses servidores, desde os que trabalham na portaria, recebem os moradores da nossa cidade com sorrisos, abraços e atenção. Muitas vezes a única coisa que temos para dar é atenção e carinho, pois as limitações são enormes.

No decorrer dessa discussão, lembrei-me de Michel Foucault, que fala da microfísica do poder. Só teremos uma política social consistente e séria, que atenda efetivamente o cidadão - não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil -, quando os micropoderes forem valorizados. Mas quais são os micropoderes de toda essa engrenagem? São os senhores e as senhoras.

Sem valorização não há motivação, e sem motivação não há trabalho. Mesmo enfrentando todas as dificuldades, vocês têm motivação. Sei que muitas vezes, e é lamentável dizer isso, ao encerrar o expediente, muitos têm vontade de chorar pelas dificuldades e pelas limitações que enfrentam. Sabemos que essa situação não é de agora, é histórica, mas temos de olhar para o futuro; do passado, resta-nos os museus. E em Planaltina temos o museu histórico para contar a história da cidade. Precisamos pensar no futuro, e pensar no futuro é pensar na valorização dos que estão presentes hoje.

Deixo aqui meus agradecimentos à Deputada Erika Kokay, que tem sido uma Parlamentar presente, inclusive, no meu mandato e nas minhas angústias - para mim, às vezes, é uma psicóloga -, e a todos vocês que tinham tudo para já terem ido embora, pois o trânsito está caótico, mas estão aqui discutindo não interesses próprios, mas os da sociedade do Distrito Federal.

Estarei extremamente aberto para construirmos uma relatoria, independentemente do resultado, que atenda ao bem comum.

Muito obrigado.

Boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Obrigada, Deputado Berinaldo Pontes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	32

Cada membro da Mesa terá três minutos para considerações finais.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Reis.

SR. PAULO REIS - Sra. Presidente, eu gostaria de iniciar as minhas considerações, na postura de gestor, dizendo que, apesar de gestor, não abro mão dos princípios de um agente público. Não admito colocar nada debaixo do tapete e, quanto ao posicionamento, estando ele certo ou errado, esta é a tribuna e, neste momento especificamente, este é o foro de discussão da matéria.

Quanto ao contrato IDP, para dar publicidade à nossa categoria e a este Parlamento, quero dizer que o Secretário Raimundo Ribeiro determinou a maior publicidade possível na busca de parcerias. Como eu havia dito, a nossa categoria está em desconstrução, desvalorização há uma década. O último concurso foi realizado quando o então Secretário Osvaldo Russo era o titular daquela pasta. Então, trata-se de um vácuo muito grande. Há dez anos a desvalorização, o envelhecimento e a falta de organização do Estado se fazem presentes. Não tínhamos outra alternativa senão buscar parceria com a maior publicidade, que é o que a Secretaria de Ação Social realizou com esse desmonte. O único que apareceu com proposta foi o IDP - Instituto de Desenvolvimento Profissional, parceiro por seis meses, cuja concorrência está em tramitação na Central de Compras.

Avalio que esta discussão é de grande qualidade, porque todos os aspectos aqui defendidos não foram gerados em um estalar de dedos, mas com a vontade da categoria, juntamente com a do Sindicato. Isso tudo faz parte de um histórico de sofrimento diuturno dessa categoria, que tenho como heroína. No dia-a-dia digo aos colegas que somos a categoria curinga do Estado. O Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal tem um privilégio, o seu reconhecimento, com a aposentadoria especial. Somos o segundo demandante da ação de um adolescente em conflito com a lei. Iniciando o trabalho pela escola, vem a falência dela e os professores também são prestigiados com a aposentadoria especial. Então, eu diria que esta categoria, como curinga do Estado, não pode ficar para trás, porque, além do compromisso de agente público que possuímos, temos, no dia-a-dia, um empenho sobre-humano para a inserção. Nos próprios governos, seja municipal, distrital, estadual ou federal, ainda não existe um engajamento de todas as políticas públicas votadas para as crianças e para esses adolescentes em conflito com a lei.

Agradeço a todos a participação. A Subsecretaria, por meio do Subsecretário João Alves e do Secretário Raimundo Ribeiro, quer realmente enfrentar a discussão dessa matéria, que é de grande complexidade.

No que diz respeito à criação de uma carreira específica ou não, acredito que a nomenclatura da carreira diz "assistência e justiça", mas todos esses que estão aqui e que fazem parte de duas secretarias hoje fazem, no seu dia-a-dia, justiça social. Então, a mim não incomoda muito dizer que tem que ser específica. Acho que devemos juntar esforços para garantir a incompletude institucional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	33

Quando falo do dispositivo constitucional do art. 227, que fala dos deveres da família, do Estado e da sociedade, ainda não conseguimos juntar o Estado, as suas políticas públicas, de forma a poder atender às crianças e aos adolescentes. Defendo e respeito essa categoria. Defendo que o tema da aposentadoria especial passe a ser debatido. Mas, em especial, defendo que não sejamos preteridos. E gostaria de dizer à senhora que estou como gestor, mas, como agente público que sou, acho que a categoria não deve ser preterida de forma nenhuma, não deve haver uma cisão. Buscamos apenas a soma de todas as políticas. Parabéns pelo evento!

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Sr. Paulo Reis, obrigada.

Neste momento, passo a palavra à Sra. Marta Sales.

SRA. MARTA SALES – Antes das minhas palavras de agradecimentos, eu gostaria de responder a pergunta do colega sobre o quantitativo de servidores da Secretaria. Temos 1.818 funcionários ativos; 706 funcionários inativos; 222 pensionistas e 344 trabalhadores do TAC, que são os contratos temporários.

Eu gostaria também de lembrar que o PL da política do SUAS foi aprovado pelo Conselho e que o PL da carreira ainda não foi encaminhado porque não houve tempo. Então, a Secretaria entendeu que era melhor encaminharmos pelo cumprimento do TAC. Depois, haveria a discussão.

Sussu, acho que, nesse caso, houve o erro de não termos buscado o reencontro da discussão do PL no Conselho. A Sussu foi uma das que disseram que, em termos de mérito, não tínhamos muito a acrescentar; foi uma coisa aqui e outra acolá. Depois, tudo foi temporizado no projeto.

Eu gostaria ainda de dizer que o nosso projeto foi analisado pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério e que foi encaminhado um parecer, pela Dra. Arlete, então Secretária Executiva, que avalizou o nosso projeto. Esse parecer disse que se tratava de uma iniciativa inovadora, que o Distrito Federal saiu à frente de todos os estados na Implantação da política e do projeto do SUAS como lei e que a área federal ainda estava tratando desse assunto. Já há um PL tramitando na área federal. Então, o nosso projeto foi aprovado; fizemos alguns ajustes. Temos o parecer da área federal sobre o projeto do SUAS; vou encaminhá-lo aos Deputados Berinaldo Pontes e Erika Kokay.

Agradeço este momento e o entendo como início da discussão coletiva na construção dos dois projetos de lei nesse momento da implantação da política, que é muito interessante, muito rica, porém, desafiadora.

Eu gostaria de falar da responsabilidade de um gestor público na implantação de uma política e de todas as suas conseqüências. É uma grande responsabilidade para a nossa Secretária, Eliana Pedrosa, e para mim, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	34

Subsecretária neste momento e como servidora da casa, respondendo pela subsecretaria de Assistência Social. Estamos a um passo de colocar o novo em cima do velho. Isso é bastante difícil, não é brincadeira. Mas entendemos que estamos em um processo e que temos de ter um alvo a atingir, relevando tudo isso que foi falado aqui. Outros momentos como este são necessários para aprimorarmos o nosso trabalho. Devemos estender este debate para ouvir todas as bases, todas as categorias nesse processo de discussão desses dois assuntos tão importantes. Muito obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Sra. Marta, obrigada.

Neste momento, passo a palavra ao Cássio Alves Moura.

SR. CÁSSIO ALVES MOURA – Eu acho que esta Mesa conhece, de forma clara, a importância do servidor público de carreira. Temos aqui dois subsecretários que são oriundos da carreira, servidores públicos concursados, que estão aqui defendendo, de forma clara, os interesses do Estado, do Governo e também o interesse do serviço público. Esse debate é importante pelo fato de podermos estar aqui confrontando as nossas idéias e brigando pelos nossos espaços.

Outro fator preponderante é que não há adversários nessa mesa. Acredito que estejam aqui ideologias e projetos diferenciados, porém, o bem comum, ou seja, a assistência implantada, a justiça implantada de forma decente, clara e transparente para a nossa comunidade é o objetivo de todos nós.

Fica clara a disposição dos nossos servidores sindicalizados no sentido de garantir os seus direitos, por estarem até agora aguardando o encerramento dessa Comissão. Fica bastante transparente a necessidade de que esse conjunto volte a discutir e que, se possível, seja criado um grupo de trabalho para implantação do SUAS como um todo, à vista do que foi feito com a SINASE, junto à SEJUS. Poderíamos avallar essa possibilidade.

Agradeço de forma grandiosa o espaço oferecido pela Câmara Legislativa e fica aqui um comparativo: se o Executivo nos recebesse como o Legislativo está nos recebendo, talvez muitos dos pontos que trazemos a essas discussões pudessem ser resolvidos de forma diferenciada. É o que esperamos.

Obrigado por tudo. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra à Sra. Assunção de Maria Ribeiro Fialho.

SRA. ASSUNÇÃO DE MARIA RIBEIRO FIALHO – Agradeço a oportunidade de falar em nome do CAS.

Dada a complexidade do assunto, penso que são duas carreiras distintas, uma vez que há duas secretarias com políticas e ações distintas. Acho que é esse o fulcro, e a discussão deve começar por aí, ou seja, é uma ou são duas carreiras?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	35

Eu gostaria de lembrar que na NOB-RH as funções básicas estão previstas, inclusive nas equipes de referência. Apenas para lembrar, na página 27 da publicação, está expresso: "nas instituições de longa permanência para idoso, equipe de referência de atendimento direto", e não indireto, não é obra convenlada, "o Estado que for fazer instituições de longa permanência", contempla-se lá "profissional de limpeza, profissional de alimentação, profissional de lavanderia". Ou seja, estão colocados claramente nas equipes de referência. Então, não há como deixar de considerar que essas categorias estão contempladas em equipes de referência. Confesso que não tenho esse nível de leitura do SINASE, de detalhes e de como estão as equipes de base, mas quero dizer que aqui estão previstas.

Por fim, agradeço à Marta pela informação de que o conselho se manifestou sobre a matéria, até porque ela já estava lá desde dezembro, e seria vexatório que não tivéssemos nos manifestado. Para se considerar que o conselho se manifestou oficialmente, é preciso ter uma resolução sobre o assunto. É assim que o conselho se manifesta. Um ato do conselho tem que se transformar numa resolução. E não há uma resolução aprovando o SUAS. Isso foi o que me foi informado, eu posso ter recebido uma informação equivocada da equipe. Portanto, foi nesse sentido que eu disse que não poderia me manifestar oficialmente. Mas sou testemunha de que discutimos informalmente o SUAS exaustivamente. Agora, formalmente, em plenária, com uma resolução, eu não tenho informação de que isso tenha acontecido. Agora, se está em resolução, melhor ainda, assim temos a garantia de que o SUAS está em bom trilho.

Lamento que o CRESS-8ª região não tenha podido comparecer porque, tanto os assistentes sociais, quanto os psicólogos, em nível nacional são profissionais que têm arduamente lutado por escrever essa política de assistente social e transformá-la em uma realidade. Lamentamos que eles não tenham podido estar presentes à Comissão e contribuído na leitura desses projetos de lei. Não falarei em nome do CRESS, mas, como também sou uma representante, quero convocar o Conselho Regional de Serviço Social para que esteja presente nessa discussão. Quero fazer essa observação para que possamos contar com a participação ativa do Conselho nessa questão.

Agradeço esta oportunidade e ressalto o ineditismo de realizarmos e participarmos de um evento dessa natureza.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Eu gostaria de agradecer a presença de todos, o heroísmo de estarem aqui até essa hora. Vocês terão de voltar muitas vezes aqui. A presença dos servidores tem um efeito muito grande em todas as discussões. Acho que vocês têm entidade sindical e órgãos que podem organizar esse processo. Isso diz respeito a nossas vidas. Esse é o primeiro dia do resto de nossas vidas. Precisamos estar sempre mobilizados. Há um efeito imenso na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 06 2008	16h	47ª Sessão Ordinária-Comissão Geral	36

apreciação de projetos quando a galeria está cheia. O Deputado Berinaldo Pontes sabe disso. Teremos de ter esse processo de mobilização até findarmos a apreciação desse projeto. As emendas são essas que foram apresentadas. Mostraremos a todos para que vocês possam discuti-las. Seguramente faremos uma discussão com o Governo a respeito do assunto. De certa forma, queremos adaptar a NOB, há coisas urgentes que indicam uma linha que será sistematizada depois. A discussão sobre a existência de uma ou de duas carreiras deve ser feita. Ainda que seja apenas uma carreira, precisa haver uma sessão clara, critérios claros, jornada de trabalho clara, que não seja instrumento de troca ou barganha que pode vergar o servidor, como por exemplo, a definição da jornada semanal ou a concessão da própria gratificação.

A especificação das atribuições também deve ser um assunto que deve ficar claro, ainda que seja uma carreira só. Acho que a polêmica maior não é haver uma ou duas carreiras, mas a definição dos critérios de migração, de lotação, de assunção de determinados postos. Tudo isso deve ficar muito claro. Daqui a quanto tempo discutiremos novo plano de carreira? Essa é uma oportunidade ímpar. Ainda que façamos algumas discussões na lei da Previdência Social que está sendo discutida nesta Casa, é importante que asseguremos algumas condições, como a aposentadoria especial.

Assim que as emendas estiverem formatadas, estaremos apresentado-as a vocês e estabeleceremos um processo de negociação com a base do Governo nesta Casa, no qual haverá a participação dos gestores.

Realmente existe uma microfísica do poder, mas existe uma macrofísica impressionante, em um país tão desigual. Precisa haver uma assistência social para romper essa macrofísica e abalar as microfísicas do poder. Eu diria que Foucault tem razão, mas a macrofísica nos deixa esquecer que há uma microfísica de tão imensa, explícita e nítida que ela é.

Quero agradecer a presença do Paulo Reis, da Marta, da Sussu e do Cássio. Esta é uma Comissão Geral de iniciativa do Deputado Berinaldo Pontes e da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Queremos convocar vocês para participarem dessa discussão passo a passo aqui na Câmara Legislativa. Todos serão sempre bem-vindos, porque sem um servidor qualificado não há SUAS que sustente, e não há SUAS sem um plano de carreira que seja o retrato do trabalho que vocês desenvolvem.

Um grande abraço e contamos com vocês nessa jornada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a comissão geral.

(Levanta-se a comissão geral às 18h41min.)